



A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Suely Santana Chaves
aryana8@yahoo.com.br

Brasília-DF

2008

Suely Santana Chaves²
aryana8@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa intenciona esclarecer o problema do letramento na Educação de Jovens e Adultos. Será apresentado o letramento como um fenômeno de cunho social, e que salienta as características sócio-históricas ao se adquirir o sistema de escrita por um grupo social. Será tratado o problema da alfabetização e do letramento. E os fatores pertinentes ao processo de inclusão social e o processo de aprendizagem, por meio das mudanças decorrentes do letramento. A importância desta pesquisa é demonstrar que as práticas do letramento desvinculadas da realidade não atendem a real necessidade do aluno que precisa interferir na sua realidade social.

Palavras-chave: EJA – Letramento – Alfabetização – Realidade – Aluno.

O letramento e seu desenvolvimento no Brasil

O termo *letramento* foi introduzido no Brasil na década de 80. A primeira aparição foi no livro de Mary Kato, de 1986. “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. A autora não conceitua a palavra letramento, mas a utilizou várias vezes em seu texto. Logo na introdução ela relata o seguinte:

Acredito ainda que a chamada norma-padrão, ou língua falada culta é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita. (KATO, 1986, p. 07).

Dois anos depois, o termo letramento surge em outra obra, “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso”, de Leda Verdiani Tfouni. No primeiro capítulo, a autora distingue alfabetização de letramento. Dedicar páginas à definição de letramento. Posteriormente o termo é

¹ Parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa com ênfase em Produção Textual - Faculdade Albert Einstein em jan/2008.

² Suely Santana Chaves Graduada em Letras e Especialista em Língua Portuguesa com Ênfase em Produção Textual.

utilizado por especialista da área de educação e das ciências lingüísticas.

A palavra *Letramento* originou-se do termo em inglês *Literacy*³, que na bibliografia em língua inglesa é vista como aprendizado de habilidades específicas, ou seja, a aquisição da leitura e da escrita.

No Brasil, letramento constitui-se em habilidades de leitura e de escrita necessárias para a participação efetiva do indivíduo nas práticas sociais, assumindo uma perspectiva diferente à de *literacy*, pois a aquisição das habilidades de ler e escrever estão no campo da alfabetização.

Tfouni relata alguns problemas com a associação direta com a palavra em inglês.

Aí está, creio eu, uma das origens mal-entendida entre os que trabalham na área, e que acabam usando indiferenciadamente letramento com equivalente vernáculo de qualquer das acepções englobadas pelo vocábulo inglês (TFOUNI, 1995, p.31).

Na mesma obra, a autora esclarece as várias acepções da palavra *literacy* e prova que não importa a perspectiva: a ênfase é sempre colocada nas “práticas”, “habilidades”, “conhecimento”, voltados para a codificação/decodificação de textos escritos, que é, no Brasil, de competência da alfabetização. Para ela, existe uma superposição entre letramento e alfabetização causada pela transposição direta do termo *literacy* para o letramento.

Tfouni afirma ainda que a alfabetização, por muitas vezes, está sendo mal entendida:

Há duas formas segundo as quais comumente se entende a alfabetização: ou como um processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita, ou como o processo de representação de objetivos diversos, de naturezas diferentes. O mal-entendido que parece estar na base da primeira perspectiva é que a alfabetização é algo que chega a um fim, e pode, portanto, ser descrita sob a forma de objetivos instrucionais. Como processo que é parece-me antes que o que caracteriza a alfabetização é a sua incompletude. (TFOUNI, 1995, p. 15).

Por isso, faz-se necessário a distinção entre alfabetização e letramento, mesmo que o

³ Termo utilizado por David Barton coordena atualmente a Literacy Research Group (LRG), que desde 1983 tem vindo a desenvolver no domínio da alfabetização e, em particular, alfabetização de adultos, de um modo geral investigação área. Outros LRG membros do grupo provêm das áreas de lingüística, Sociologia, psicologia, educação investigação, educação permanente, educação e idioma Inglês. O grupo desenvolve e incentiva a investigação interdisciplinar em alfabetização; E promove a investigação na alfabetização de adultos, o desenvolvimento de métodos inovadores de investigação e a melhoria da comunicação e colaboração entre pesquisadores e profissionais.

primeiro termo não seja o foco deste trabalho.

Alfabetização é uma palavra cotidiana, o seu sentido não levanta tantas dúvidas nem desperta polêmicas. Vários pesquisadores concordam com a sua função, campo de atuação e duração, mas o mesmo não ocorre com o vocábulo *letramento*, que apresenta sentido ainda impreciso. Há vários conceitos de letramento e, às vezes, divergentes.

Não é difícil perguntar o porquê dos surgimentos do termo letramento. Na língua sempre aparecem novas palavras quando fenômenos novos ocorrem ou quando surge um novo fato, um novo objeto, provocando o nascimento de um substantivo para aquilo, porque o ser humano não sabe viver sem nomear as coisas: enquanto nós não as nomeamos, as coisas não parecem existir.

Uma nova demanda surge na sociedade brasileira, fazendo com que nasça o termo letramento. No Censo até 1940, era perguntado às pessoas se sabiam ler e escrever, o que era interpretado como capacidade de escrever o próprio nome. Até então, saber escrever o próprio nome atendia a demanda social. Compreendia-se que os que respondessem positivamente eram alfabetizados. Após 1940, o Censo mudou a pergunta, indagando às pessoas se elas sabiam ler e escrever bilhetes simples, situação completamente diferente de 1940. A sociedade brasileira começa aí a reconhecer uma prática de leitura e escrita ainda que bastante trivial. O indivíduo teria não só que aprender a ler e a escrever, mas também a fazer o uso delas. Verifica-se, embora lenta, uma progressiva extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do simples saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso dessas práticas. É para atender essa nova demanda que surge o termo letramento.

O letramento é, então, um fenômeno de cunho social, e que salienta as características sócio-históricas ao se adquirir o sistema de escrita por um grupo social. Ele é o resultado da ação de ensinar e/ou de aprender a ler e escrever, e denota estado de condição em que o indivíduo ou a sociedade obtém como resultado de ter-se “apoderado” de um sistema de grafia, principalmente

Segundo Kleiman (1995), o letramento é tido como um conjunto de práticas sociais cujos modelos específicos têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos constroem relações de identidade e poder. Ao pensar em “poder”, tem-se em vista o poder da manipulação e organização de palavras para expressarmos idéias e necessidades de uma sociedade cada vez mais inserida no mundo da escrita.

Segundo o autor, a maneira como os indivíduos se relaciona com a escrita, em suas práticas sócio-culturais, traz questões importantes que remetem tanto para a problemática da construção de identidades, quanto para as questões que envolvem disputas pelo poder. O estudo sobre letramento toca questões de ordem social, cultural e política.

Em nosso cotidiano é fácil a percepção de pessoas não alfabetizadas que fazem uso do fenômeno de letramento para não sofrerem prejuízos da exclusão e que, neste sentido, resgatam a dignidade social que lhe falta por não serem indivíduos alfabetizados nos padrões convencionais da escrita, no processo de codificação e decodificação das palavras.

Para Soares (1989), o que o letramento é depende essencialmente de como a leitura e a escrita são concebidas e praticadas em determinado contexto social. Letramento é o conjunto de práticas de leitura e de escrita que resultam de uma concepção de que, como, quando e por que ler e escrever. São as demandas sociais que impõem esta necessidade na sociedade e, conseqüentemente, no indivíduo.

A autora vai mais longe, trabalha com o conceito de *práticas discursivas de letramento*, apresentando-as como matrizes históricas, que determinam a produção e a interpretação de instâncias concretas de textos falados ou escritos com emissores e receptores concretos, têm caráter institucional ou comunitário, constituindo identidades, valores e crenças, mediados pelo meio escritos.

Segundo Bagno (2002) o termo letramento é empregado com um aspecto diferente do

que simplesmente associado à leitura ou à escrita. Para ele, não se pode definir e usar o termo dissociado de um contexto ideológico, histórico e político. A sua preocupação com o texto remete ao fato de esse ser um objeto social, cujas fronteiras não são estabelecidas lingüisticamente, mas socialmente, pois são produzidos em rede de fatores culturais e sociais que se inter-relacionam e interagem. Além disso, vê nas escolas instituições que refletem uma relação de poder e que a imposição de formas autoritárias de controle é prejudicial para o futuro das crianças, como para o de sua sociedade.

Soares (1989) fala sobre dois modelos de letramento: o *Modelo Autônomo de Letramento* e o *Modelo Ideológico de Letramento*. O *Modelo Autônomo de Letramento* contribui para a divisão entre pessoas letradas e iletradas⁴. Segundo a autora, esse modelo trabalha com práticas de leitura e escrita separadas do contexto social, priorizando o ler e o escrever. O conhecimento transmitido por meio dessa concepção veicula as ideologias da classe dominante. O aluno não tem uma consciência crítica, por isso as ideologias não são contestadas. Uma das ideologias mais difundidas nesse modelo é, por exemplo, a crença cristalizada de que, se um aluno fracassa nos estudos no contexto de uma escola pública, é por culpa dele e não do sistema.

Já o *Modelo Ideológico de Letramento* considera os diversos usos sociais da linguagem escrita, pois trata das relações de poder nas práticas sociais e mostra que o letramento acontece fora do contexto escolar, proporcionando ao aluno interagir com as práticas em busca de mudanças. Nessa perspectiva, tanto a linguagem oral como a escrita se misturam, nos diversos

⁴ Os dicionários de língua Portuguesa definem o vocábulo *Letrado* e *Iletrado*, por exemplo, no dicionário Aurélio o verbete *Letrado* é definido como “que ou quem é versado em letras; erudito. No entanto, *Iletrado* “que ou quem não tem conhecimento literário, analfabeto ou quase”. Mediante essas definições percebe-se que esses adjetivos não têm relação com o sentido do letramento, pelo qual estamos tratando. Os termos que, normalmente, são abordados em trabalhos sobre letramento não se assemelham ao dos dicionários, e ainda, também poderíamos considerá-los como novos vocábulos. Para os estudiosos da área, *Letrados* são pessoas que, além de saber ler e escrever, também, faz uso freqüente e competente das práticas sociais da leitura e da escrita. *Iletradas* são pessoas que não tem conhecimentos literários, que não é erudito; analfabeta, ou quase analfabeta. No nosso ponto de vista, que necessariamente, é o mesmo da autora do livro “*Letramento a alfabetização*” de Leda Verdiani Tfouni, o termo “*iletrado*” é impraticável, no que diz respeito à sociedades tecnologicizadas.

domínios institucionais para legitimar as relações de poder. Esse modelo propõe fazer transparecer o caráter dissimulado da ideologia para quebrar a sua hegemonia.

Barton (1994) utiliza-se de uma metáfora ecológica para situar a questão do letramento. Estabelece uma relação entre organismo e meio ambiente, na verdade, relação entre atividade humana (atividade psicológica) em oposição a meio ambiente (atividade social). A idéia de ecologia tem sido usada freqüentemente para situar a atividade psicológica, colocando-a num contexto social mais completo e dinâmico, em que aspectos diferentes interagem com o indivíduo e o meio.

A abordagem integrada do letramento de Barton (1994), ou *letramento funcional*, situa o letramento na vida diária, propondo que o letramento influencia e é influenciado pela demanda social. Logo, não se pode falar hoje apenas em letramento, mas em letramentos. Segundo o autor, diferentes letramentos estão associados a diferentes domínios da vida em diferentes níveis e situações, sendo identificados como forma de interação entre os indivíduos.

Baynham (1995) também demonstra a mesma opinião, quando afirma que definir o letramento:

Envolve deixar explícito um conjunto de posicionamento ideológico relacionados, não apenas no letramento ele mesmo, mas onde o letramento se encaixa na vida social, bem como no seu papel na construção da vida social. Um desses posicionamentos ideológicos é contextual: que a linguagem (e o letramento) são vazios de significados, quando fora do contexto. Outro é o que não é suficiente mirar o contexto imediato da situação: quem está fazendo o que com quem, em instâncias particulares. Precisamos investigar os modos em que relações baseadas em poderes desiguais formam usos de letramento, ambos em termos de quem é incluído e quem é excluído, e em termos de como o letramento é alcançado na vida cotidiana. O poder das instituições e dos discursos (...) e a investigação das práticas de letramento, dentro e fora da sala de aula, são um modo de descobrir isso. (BAYNHAM, 1995, p. 37).

O *letramento funcional* de Barton (1994) constitui uma atividade social permeada por práticas de letramento e eventos de letramento. As práticas são modelos comuns no uso da escrita e da leitura em que pessoas trazem seus conhecimentos culturais para atividade. Representam a sustentação dos eventos e esses, por sua vez, representam toda sorte de atividade

na vida diária em que a palavra escrita exerce um papel.

Sob essa perspectiva social do letramento, as pessoas possuem diferentes letramentos e fazem uso destes em diferentes domínios da vida; participam de eventos de letramento em que leitura e escrita se juntam com fala e outros meios de comunicação. Possuem também consciência, atitudes e valores com respeito a letramento e essas atitudes conduzem suas ações, encaram mudanças e estão aprendendo sobre letramento por intermédio das suas vidas.

O *letramento funcional* propicia uma entrada efetiva no mundo dos letrados, no qual as pessoas querem pertencer, incluindo redes de apoio entre pessoas e busca ou aproveitamento de oportunidades para mudança. Vai além do processo de aquisição de códigos visto como competência individual a passa para a prática social. É perfeitamente substancial e pode ser aplicável no contexto da sala de aula com o objetivo de conhecer os diversos contextos de letramento dos alunos, se eles têm consciência do papel do letramento em suas vidas ou mesmo se aprendem com ele o que podem fazer a partir dele.

Já abordagem crítica, ou *letramento crítico*, defendida por Baynham (1995), mostra que a aquisição e o uso do letramento só podem ser entendidos se for levada em conta a influência do contexto. Nessa perspectiva, não se aceita o *status* natural das instituições e dos discursos dominantes, questiona-os. O modelo ideológico assemelha-se a esse, porque, além de enfatizar os propósitos sociais e o contexto, não os toma como dados, mas os sujeita a análise crítica como parte do processo educacional.

A abordagem crítica caracteriza-se por um compromisso de se reformular a estrutura educacional em letramento, para atender aos interesses dos grupos excluídos de escola, aos quais foi negado o acesso a ela e aos bens culturais dos dominantes, devido a seu gênero e antecedentes culturais e socioeconômicos. Com tudo isso, há pelo menos uma constatação. Existem diferentes tipos e diferentes graus de letramento, e estão eles ligados às necessidades e exigências de uma sociedade e de cada indivíduo no meio social.

Essas várias visões sobre letramento, referendadas por cada autor em perspectivas diferentes, devem ser levadas em conta, principalmente porque o modelo de escola que temos é o reprodutor, e ela não está conseguindo desenvolver as habilidades de leitura e de escrita necessárias para a intervenção da transformação da sociedade brasileira, que ainda é marcada pela desigualdade.

O letramento não está restrito ao sistema escolar, mas é de competência da escola, fundamentalmente, levar os indivíduos a um processo mais profundo e autônomo nas práticas sociais que envolvam a leitura e a escrita. Saber ler e escrever um montante de palavras não é o bastante para capacitar o indivíduo para a leitura diversificada. Neste ponto entende-se que surge a necessidade de se desenvolver graus de letramento nos indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem para que estes possam interar-se de forma crítica à sociedade.

As abordagens a respeito de letramento nos convidam a observar a sua importância no processo de desenvolvimento do aluno na Educação de Jovens e Adultos, que é de interesse desse trabalho. A trajetória da EJA muda significativamente quando o trabalho é realizado na perspectiva de letramento.

Segundo Bagno (2002) as mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla da população em centros urbanos tomou imperiosa necessidade de eliminar o analfabetismo e dar um mínimo da qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.

Na década de 70, os pressupostos pedagógicos de Paulo Freire⁵ para a EJA tiveram como características fundamentais o diálogo crítico, por meio do qual o cidadão exercita a ação-

⁵ Paulo Freire desenvolveu um modelo de alfabetização para adultos, levando em conta a realidade dos alunos e a necessidade de uma renovação nos processos educativos. Também, destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

reflexão. Conscientizando-se de suas ações na sociedade. Nesse período, foram adotados vários programas de alfabetização, dentre eles:

- *Programa de Alfabetização Funcional*: organizava os procedimentos para o processo de alfabetização na seguinte ordem: apresentação e exploração do cartaz gerador, estudo da palavra geradora depreendida do cartaz, decomposição silábica com bases nas palavras geradoras, formação e estudo de palavras novas, formação de frases e textos.
- *Programa de Educação Integrada*: Foi criado em 1971 para dar continuidade ao programa apresentado anteriormente com a pretensão de educação permanente, propondo que o aluno que fosse alfabetizado recebesse uma promoção para poder progredir nos estudos. Seu período de expansão foi entre 1972 e 1976, sendo revitalizado em 1977.
- *Programa Mobral Cultural*: De acordo com seus técnicos, foi lançado em 1973, como complementação da ação pedagógica e tinha interesse de reforçar sua ação nos aspectos de alfabetização para atenuar a regressão do analfabetismo e reduzir a deserção dos alunos de alfabetização funcional.
- *Programa de Profissionalização*: Implantado em 1973 com o objetivo de formação de mão-de-obra, articulando convênios com entidades para atendimento em larga escala, em nível de semiquificação, mobilidade no mercado de trabalho e adequação à realidade da clientela.
- *Programa de Educação Comunitária para a Saúde*: Atendia aos alunos e conscientiza-os para orientar a população no que diz respeito à saúde. Organizou para o MOBREAL uma cartilha intitulada *Documento sobre o Conteúdo Básico de Educação Sanitária* que tinha como objetivo geral propiciar a melhoria das condições de saúde da população residente em sua área de atuação.
- *Programa Diversificado de Ação Comunitária*: Desenvolvia-se levando em conta a mobilização, organização de grupos e manutenção do trabalho. Para tanto, era organizado

um grupo de base para diagnosticar os problemas e em grupo novamente discutir estratégias para sanar as dificuldades, dividindo as tarefas, avaliando e reformulando-as caso fosse preciso.

- *Programa de Autodidatismo*: Visava propiciar aos indivíduos condições que os fizessem agentes de sua própria educação, dirigindo-se a ex-alunos e a toda comunidade.

Ao falarmos de Alfabetização de Jovens e Adultos, é importante salientar a pessoa de Paulo Freire (1990), para ele a educação é conscientização. É reflexão rigorosa e pesquisada com os alunos. Por exemplo: as palavras geradoras em um grupo de alfabetização de Jovens e Adultos camponeses poderiam ser *enxada, terra, colheita e adubo*. Por sua vez, um grupo de pedreiros trabalharia com palavras como *cimento, tijolo, areia etc.*, enquanto os operários mecânicos lidariam com outros termos completamente diferentes dos apresentados, respeitando a individualidade sociolingüística de cada grupo social.

Em 1971, o Ministério da Educação implantou o *Ensino Supletivo*, que buscava atingir o complemento dos estudos de estudantes que estavam fora da faixa etária e para os que haviam terminado os estudos propiciados pelo MOBRAL⁶. Em meados dos anos 80, instituído pelo *III Plano Setorial de Educação*, contou com maior proximidade da comunidade como mobilizadores comunitários de uma ação pedagógica considerada inovadora, depreendendo assim o caráter não formalizador da educação. Ainda nesse período, o parecer 699/71 destacava quatro funções para o ensino supletivo de EJA, a saber:

1. Suplência - substituição compensatória de o ensino regular pelo supletivo e certificação de ensino do antigo 1º grau (atualmente Ensino Fundamental) para maiores de 15 anos e o de 2º grau para maiores de 18 anos (hoje Ensino Médio);

⁶ O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem.

2. Suprimento - complementação de escolaridade inacabada por meio de cursos de aperfeiçoamento e de atualização;
3. Aprendizagem - formação metódica, a cargo de empresas ou de instituições por essas criadas e mantidas, como por exemplo, SENAI e SENAC;
4. Qualificação – baseava-se obrigatoriamente em cursos e não apenas em exames visando à profissionalização sem preocupações de educação geral.

Com o término do regime militar⁷, ficou evidenciado o fracasso do modelo político-econômico adotado na época. Desacreditado, nos meios políticos e educacionais, o MOBRAL foi extinto e somente em 1985 ocorreu a implantação da Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos/Fundação Educar, por meio do Decreto de nº 91.980, que apresentava as mudanças de nome e definia os objetivos e atribuições da mesma, esse decreto estabelecia a erradicação do analfabetismo e a educação básica de jovens e adultos como forma de possibilitar-lhes o exercício consciente da cidadania.

Para os dias atuais, a LDB 9.394/96 destina a EJA para aqueles alunos que não tiveram acesso ou não puderam terminar seu curso no Ensino Fundamental ou Ensino Médio, no período entre 7 a 17 anos de idade. Nos anos 90, um fato marcante foi a definição das Diretrizes Curriculares para EJA que situa três funções básicas:

- *Reparadora*: indispensável para que o aluno tenha acesso à escola, buscando as necessidades de aprendizagem;
- *Equalizadora*: relaciona as igualdades de oportunidades e novas inserções no mundo do trabalho;
- *Qualificadora*: Destina-se a resgatar o tempo perdido nos estudos – educação permanente buscando sanar as dificuldades e adequar-se ao novo quadro social e escolar.

⁷ Regime de governo ocorrido no período de 1979 – 1985.

Atualmente, a EJA é considerada uma modalidade de Ensino Fundamental e finalmente um direito do cidadão, afastando assim a idéia de compreensão e assumindo as funções de reparação e equidade. Isto representa historicamente uma conquista e um avanço.

Paulo Freire e a sua concepção de alfabetização

Resgatando um período importante na história da EJA, encontra-se na pessoa de Paulo Freire uma representação extremamente valiosa no que diz respeito, à alfabetização de jovens e adultos.

A primeira experiência de Freire, com adultos, aconteceu em 1958, em Pernambuco, com a alfabetização de cinco adultos, alfabetizando-os em 30 horas, chocando assim um sistema com os mesmos métodos e procedimentos adotados para as crianças em suas fórmulas próprias.

Freire usava um método de aproximação da cultura e realidade junto à necessidade social com auxílio de vocábulos próprios de cada indivíduo, e classe social e/ou profissional. Posteriormente, chegava ao domínio do código escrito por meio de imagens aliadas às palavras geradoras a serem estudadas. O grande pesar de toda essa resolução educacional deu-se devido à ditadura militar que ia contra os ideais de Freire em liberdade de expressão e novo estilo de vida, que teriam pessoas cevasdas por seus princípios: *Viver é Lutar*, tal pensamento impresso em camisas e panfletos gerou inúmeras prisões para os quais o seguisse.

A partir da pessoa de Paulo Freire, já era possível perceber o fenômeno social dos cidadãos que conviviam em meios onde o processo de escrita era evidente no cotidiano de seus habitantes. O fenômeno do letramento veio confundindo as comparações feitas entre os critérios de que foram, no passado, utilizados e provavelmente os que hoje se usam para apresentar e definir quem é analfabeto ou quem é alfabetizado, nos recenseamentos atuais da população brasileira.

Já nas décadas de 60 e 70, os alfabetizadores freireanos já de posse de gravadores faziam seus registros de oralidade de dada comunidade e indivíduo para que pudessem dialogar e

melhor conhecê-la. Eles procuravam perceber o vocabulário, as vivências, as experiências cotidianas dos alfabetizados e, a partir daí, listar as palavras mais usadas pelos indivíduos que desejavam ser alfabetizados.

Nesse tipo de prática, as fortes e variadas evidências do letramento começavam a aparecer para o alfabetizador. Dialogava-se com o alfabetizador sobre suas necessidades básicas de vida, como tomar remédios com orientação médica e hora marcada, locomover-se de um lugar para o outro, fazer compras, passar troco sem ser lesado, assinar o nome. Enfim, segundo Freire (2000), buscando viver dignamente como cidadão, mas sem entender as considerações mínimas das habilidades de leitura e escrita, tão necessárias na vida diária, no trabalho, nas situações de locomoção, no exercício pleno da cidadania do ir e vir no contexto cultural onde o indivíduo está inserido. Nos conceitos básicos no que se refere às dimensões sociais e individuais desse processo, Freire (2000), sem fazer uso da terminologia letramento⁸, já a utilizava em seus debates, nos chamados círculos de cultura, e nos estudos das palavras geradoras, por meio de suas concepções de leitura e escrita, bem como da realidade onde estavam inseridos os alfabetizados na perspectiva da *dimensão social*.

A outra dimensão estudada em relação ao letramento é a *individual*, que consistia no entendimento e na aplicação do processo de relacionar símbolos escritos com unidades sonoras que também deveria vir associadas a uma desconstrução de sentido – a alfabetização.

De acordo com Freire (1990) este entendimento e a aplicação do letramento tornaram-se fundamentais para o sentido da alfabetização, os conhecimentos e as habilidades adquiridas pelos alfabetizados deveriam estar voltadas para interpretar seqüências de idéias, fazer inferências, raciocínio lógico para entender horários de ônibus, preços de frutas e outras mercadorias em feiras, mercados e outras situações vivenciadas pelo alfabetizando.

⁸ Vale ressaltar que o ler e o escrever para Freire não significavam apenas o domínio do processo de codificação e decodificação de palavras, frases no sentido restrito de alfabetização.



Freire (2000), numa visão progressista contrária à política governamental da época (1960/70), compreendeu e priorizou a alfabetização muito além dos domínios das técnicas para ler e escrever. Pois ao entender o que se lê e escreve o indivíduo pode se entender melhor e sobremodo, comunicar-se graficamente, exercendo a função da leitura e escrita na prática social.

A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, configura-se como um despertar de um período histórico conturbado por problemas políticos, econômicos, culturais e sociais. Sua trajetória é marcada por avanços e retrocessos educacionais. Por muito tempo, foi como uma compensação e não como um direito.

O retorno para os ensinamentos freireanos (1990) nos proporciona a idéia da interdisciplinaridade e transversalidade com a construção histórica do fazer humano, contribuindo para uma leitura do mundo (e da palavra) fundada na linguagem da possibilidade – que comporta seus ensinamentos como um sujeito possível e uma educação comprometida com as classes populares. Essa conscientização é um convite a assumir uma atitude perante o mundo, pois a educação é uma chave indispensável para o exercício de cidadania em nossa sociedade, sendo que por meio dela é que conseguiremos diminuir as desigualdades sociais e acabar com o analfabetismo.

A EJA deve priorizar uma formação inicial e continuada específica para atender às reais necessidades dos alunos jovens e adultos: garantir a melhoria das condições de mercado de trabalho, as necessidades de aprendizagem, adquirir competências da leitura e da escrita para atingir melhores condições de vida e desenvolver níveis maiores de letramento. Suas práticas educativas devem privilegiar a realidade de vida dos sujeitos e o diálogo constante entre professor e aluno⁹.

⁹ Dados obtidos na Câmara dos Deputados “*Um Panorama da Alfabetização no Brasil*” e no MEC “*Proposta Curricular para a Educação de Jovens E Adultos*”.

O processo do letramento na EJA - A inclusão social

A grande preocupação educacional dos últimos anos é construir cidadãos conscientes e atuantes na sociedade. Acredita-se no desabrochar de uma cidadania a partir de um ensino calcado – em primeira instância – no desenvolvimento do raciocínio, do senso de observação e da visão crítica de mundo.

Segundo Silva (1986), professor de Língua Portuguesa da EJA – Segundo Segmento – deve perceber-se como agente do processo de letramento. É nesta nova oportunidade escolar que o próprio estudante busca sua auto-afirmação social em não ser mais excluído pela sociedade por não ter o domínio de leitura e escrita, ele percebe-se como cidadão que busca por meio da leitura e da escrita sua dignidade como indivíduo social, após perceber a importância delas para ascender profissional e dignamente na sociedade. Este profissional de EJA é responsável em ser uma ponte do resgate social de seus estudantes para que a expectativa de seus discentes não se frustrasse novamente.

Paulo Freire (2000) afirma que, o ato de aprender “*é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e á aventura do espírito*”. (p. 26).

É importante esclarecer que esta constatação não está relacionada somente ao educando, pois se compreende que o professor também deve estar sempre adquirindo novos aprendizados, lançando-se a novos saberes, e isto resulta em mudanças de vários aspectos, como também gera enriquecimento tanto para o aluno quanto para o professor de EJA, que com certeza aprenderá com esse desenvolvimento.

Silva (1986) afirma que é possível perceber que o letramento não está restrito somente ao sistema escolar, mas a escola tem o dever de promover o desenvolvimento do grau de letramento do indivíduo. E que é só por meio do trabalho consciente, engajado com a proposta de letramento que o aluno da EJA e de outras modalidades, é claro, vão interagir eficientemente com as práticas sociais de leitura e escrita. Eles não ficarão com uma postura passiva diante dos

acontecimentos sociais, conseguirão interagir e modificar a realidade social a qual vivem. O trabalho pedagógico do professor deve acenar dentro da postura de *letrador*, para essa mudança.

Segundo Bagno (2002) a investigação das práticas sociais da leitura e escrita que fazem parte do cotidiano do aluno deve permear o planejamento do professor, ele deve adaptá-las à sala de aula, e aos conteúdos a serem trabalhados. Essas ações visam provocar a aprendizagem da linguagem escrita e como o aluno pode utilizá-la. Desta forma, ele conseguirá transpor o que é construído em sala de aula, para a sua realidade, modificando-a de acordo com sua necessidade.

De acordo com Bagno (2002) outro ponto importante é incentivar o aluno a praticar socialmente a leitura e a escrita, de forma criativa, descobridora, crítica, autônoma e ativa, já que a linguagem é interação e, como tal, requer a participação transformadora dos sujeitos sociais que a utilizam, e conseqüentemente, facilitando o processo de inclusão.

Para Soares (2000) todo o trabalho que envolve o ensino da leitura e da escrita deve ser calcado dentro da proposta de letramento, proporcionando um ensino de língua que tem o objetivo de levar o aluno a adquirir um *grau de letramento* cada vez mais elevado. “Aprender a ler e a escrever é aprender a construir sentido *para e por meio de* textos escritos, usando experiências e conhecimentos prévios”. Isto é, desenvolver nele um conjunto de habilidades e comportamentos de leitura e de escrita que lhe permitam fazer meio, e mais eficiente uso possível das capacidades técnicas de ler e escrever.

Deste modo, o ensino tradicional limita a possibilidade de desenvolvimento do educando, prejudicando-o na sua relação com o meio social, pois não consegue exercer sua cidadania com plenitude sem o domínio da prática de leitura e de escrita, que tem no seu cotidiano social uma exigência maior dessas duas práticas.

Nosso problema não é apenas ensinar a ler e a escrever, mas é, também e, sobretudo, levar os indivíduos – crianças e adultos – a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se efetivamente nas práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2000, p. 18).

A autora enfatiza que nenhum ensino de língua pode se contentar simplesmente em

ensinar a ler e escrever, mas que deve oferecer aos indivíduos, uma vez alfabetizados, condições para o letramento, isto é, condições para o desenvolvimento cada vez mais intenso e extenso das habilidades de escrita e de leitura, e principalmente, sem fazer a dissociação da alfabetização e do letramento.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita *a alfabetização* - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita *o letramento*. (SOARES, 2000, p. 20).

Por conseguinte, Soares (2000) continua afirmando a importância de se ressaltar que é no letramento que o indivíduo constrói sua dialética social. Esse mesmo indivíduo, construtor da língua escrita, precisa fazer a crítica da cultura dominante a partir dos seus valores, do valor da sua própria vida cotidiana e, sobretudo, do valor que ele herdou de outras tentativas de aprendizagens mal sucedidas.

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2000, p. 22).

Sendo assim, entre alfabetização e letramento existe uma relação permeada de complemento. “Na concepção atual, a alfabetização não precede o letramento, os dois processos são simultâneos.” (id.). Nesse contexto, precisa-se ter a sensibilidade de perceber que o aluno da EJA pode desenvolver tal aprendizagem diante do processo de conhecimento lingüístico. Perceber que a educação implica uma convivência, uma relação que não pode ser rompida entre o conteúdo que se pretende ensinar e a experiência social e cultural. Desse modo, percebendo-se como ator e construtor de sua própria aprendizagem, o aluno terá condições de romper com antigos conceitos e promover em sua vida percepções e valores que cercam a internalização do aprender a viver juntos e aprender a fazer.



É necessário reconhecer a importância do letramento na vida do indivíduo, e quiçá, abandonar os métodos de aprendizado repetitivo, baseados na descontextualização. O letramento deve implicar uma mudança efetiva e contextualizada e promover o desenvolvimento intelectual dos sujeitos da aprendizagem, onde as peculiaridades de cada indivíduo e a percepção de seu próprio valor possam promover a auto-estima e a alegria de aprender, apreender, conviver e cooperar.

Considerações

Em uma sociedade permeada por práticas de leitura e escrita, os convívios sociais, não somente em um ambiente institucional, nota-se que o papel do professor transcende, cada vez mais, as quatro paredes que determinam as salas de aulas e, suas práticas pedagógicas interferem diretamente no desenvolvimento do educando na construção de uma sociedade mais justa. As práticas pedagógicas tradicionais desvinculadas da realidade não atendem a real necessidade do indivíduo que precisa interferir na sua realidade social.

Em nosso dia-a-dia é fácil perceber pessoas não alfabetizadas que fazem uso da leitura e da escrita. Mesmo não dominando essas tecnologias, elas reconhecem a importância e a necessidade de seus usos, pois não querem sofrer prejuízos da exclusão e que, neste sentido, conquistam a dignidade social que lhes é usurpada por não serem indivíduos alfabetizados nos padrões convencionais.

O aluno de EJA do Segundo Segmento, uma vez dominando a tecnologia da leitura e escrita, procura essa modalidade de ensino, principalmente, para sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade letrada.

Essa modalidade Ensino Fundamental é direito do cidadão e necessária para sua plena participação como cidadão na sociedade que exige o domínio das práticas sociais da leitura e da escrita. A escola tem como dever proporcionar o desenvolvimento do grau de letramento de cada indivíduo, promovendo, efetivamente, o uso da leitura e da escrita envolvidas nas práticas sociais, ou seja, promovendo o letramento dentro do ambiente escolar, pois o educando depara-se constantemente com o uso delas na sua vida fora da escola. A escola é quem prepara o indivíduo para vida em sociedade e o instrumenta para a alegria de conviver e cooperar.

Por entender que a leitura e a escrita são instrumentos básicos para o ingresso e a participação plena na sociedade letrada em que vivemos, que nem sempre é oportunizada para todos. Busca-se ressaltar a importância do letramento como meio de inserção do sujeito como agente transformador da realidade social em que se encontra e a possibilidade de mudá-la de acordo com a sua necessidade, pois instrumentado com a prática social da leitura e da escrita estará habilitado para reconhecer essa possibilidade.

Por fim, somente a partir de práticas pedagógicas conscientes o docente pode demonstrar que tais práticas pedagógicas, tradicionais ou não, desvinculadas da realidade não atendem a real necessidade do indivíduo que precisa interferir na sua realidade social.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. STUBBS, Michael. GAGNÉ, Gilles. *Língua Materna: Letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola editorial, 2002.
- BARTON, David, *Alfabetização: uma introdução à ecologia da linguagem escrita*. Londres: Blackwell Publish – 1994.
- BAYNHAM, Mike. *Práticas: investigação do letramento e contexto social*. São Paulo: Cortex, 1995.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Um panorama da alfabetização no Brasil*. 2ª edição. Brasília: CD/Coordenação de publicações, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do Ensino Fundamental*. 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 26ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. DONALDO, Macedo. *Alfabetização: Leitura da palavra, leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.
- KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: mercado de Letras, 1995.
- SILVA, Lílian Lopes Martins da. *O ensino de língua portuguesa no primeiro grau*. 5ª edição – Atual. São Paulo – 1986.
- SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: Uma perspectiva social*. 7ª edição – Ática São Paulo – 1989.
- SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três Gêneros*. 2ª edição – Autêntica – Bolo Horizonte – 2000.
- _____. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000100002&script=sci_arttext&lng=pt. Acessado em 19 out. 2007 às 20h00min.
- TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.